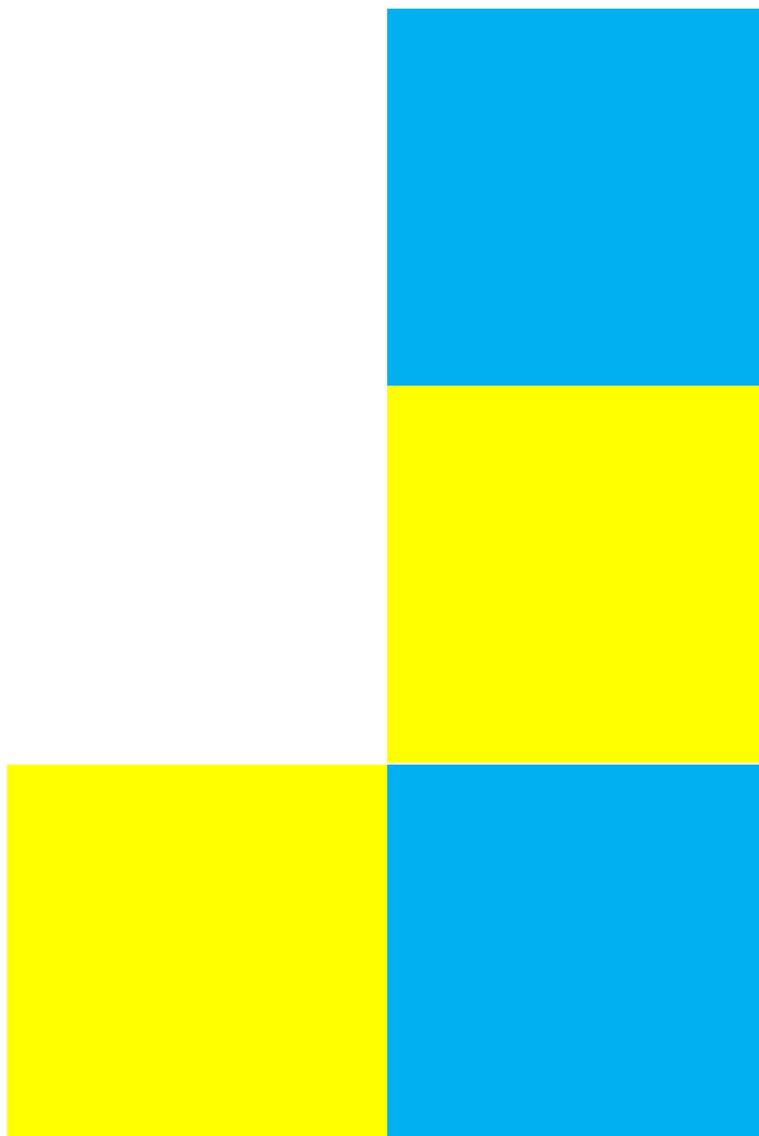


Questões de Império, 20 anos depois

Yann Moulier Boutang

Economista, editor da revista Multitudes.

Tradução de Clarissa Naback



Com a publicação de *Empire* (2000)¹, Antônio Negri inaugurava uma espécie de tetralogia seguida por *Multitudes* (2003), *Commonwealth* (2009) e *Assembly* (2017), que marcam sua estreita parceria com Michael Hardt, seu tradutor americano com o qual ele já havia escrito *Il lavoro di Dioniso: per la critica dello Stato postmoderno* (1999)². Essas quatro obras corresponderam ao momento mais maduro da globalização neoliberal, o que agora se afigura claramente, sendo tanto marcado por movimentos alter-globalização e convulsões em todo mundo, como também pela ascensão de múltiplas formas de populismo e reestruturação da extrema-direita no coração das grandes democracias

Nós podemos dizer que este imponente conjunto de obras liberou profundamente a reflexão de Negri daquilo que havia se constituído como operaísmo, especificamente o italiano que vai de 1962 à 1973, seguido pelo movimento da autonomia operária européia, de 1974 à 1980, incluindo o seu período francês (aquele da revista *Futur Antérieur*, 1990-1999). Esse último momento terminou com o seu retorno à Itália, compreendendo sua prisão e, depois, sua soltura em 2003. O pensamento Negri-Hardt visava esse objetivo de forma explícita desde o início? De todo modo, o que ele fez foi desprovincializar o clássico debate europeu interno ao Movimento Operário.

Hoje, há mais de 20 anos de distância, ainda vale a pena fazer um balanço sobre esse último período acerca da alterglobalização. Isso de forma alguma exclui, como veremos, de voltar aos períodos precedentes, por certas temáticas retornarem sob outras formas. E também por confirmarem algumas dificuldades que giram em torno do mesmo problema: o da prática política revolucionária voltada para a transformação do mundo, das instituições do capitalismo histórico e do aprofundamento da democracia.

Vinte anos depois da publicação de *Empire* - livro que vendeu mais de milhões de exemplares -, os autores elaboraram um interessante balanço, apresentado por eles em um artigo para a *New Left Review*, que, convenientemente, nos serve de ponto referência³. No entanto, antes de seguir com esse artigo, consideravelmente retrospectivo, doravante, duas anedotas nos farão entrar no coração do assunto.

¹ Nota da tradutora: *Empire* foi publicado no Brasil pela editora Record, em 2000, sob o título de *Império*. Optamos por manter no texto o título original em inglês toda vez que se referir a obra.

² Nota do tradutora: as quatro obras foram publicadas no Brasil sob o título *Multidão* (Editora Record, 2005) e *Bem estar comum* (Editora Record, 2016), *Assembly: a organização multitudinária do comum* (Editora Politeia, 2018) e *O trabalho do Dionísio, para uma crítica ao Estado pós-moderno* (Editora Pazulin UFJF, 2004).

³ Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Empire Twenty Years On*, NLR 120, november–december 2019. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/II120/articles/empire-twenty-years-on>>.

A primeira é bastante antiga: aconteceu em Florença em 1971, paralelamente ao primeiro Congresso Internacional de *Potere Operaio*⁴, que ocorria em um Centro Jesuíta da cidade. Eu havia participado com entusiasmo deste evento e me encontrava na casa de Lapo Berti⁵, junto com algumas outras mentes brilhantes, como Alberto Magnaghi, que fazia parte da cúpula informal dessa mini-festa que se reivindicava “operaísmo italiano” (que, além disso, se recompunha do retorno de um de seus maiores teóricos, Mario Tronti, ao Partido Comunista Italiano). Falávamos de “verdadeiros marxistas contemporâneos”, dentre os quais, nós nos incluíamos - “Somos os marxistas mais inteligentes do mundo e é exatamente por essa razão que acabaremos ‘fudidos’ (o termo italiano era mais duro)”, declarou nosso anfitrião com filosofia e um toque de ironia. Isso me chocou (eu tinha vinte e dois anos). A década que se seguiu, da dissolução de *Potere Operaio* (1973) aos anos de chumbo dominados pelas Brigadas Vermelhas - período que culminou no sequestro e assassinato de Aldo Moro -, revelou a exatidão desta previsão. A esquerda extraparlamentar foi varrida do mapa em dois anos: mais de 5.000 ativistas foram para o exílio na França e na América Latina. Na época, eu refletia (com minha cultura limitada acerca da história do movimento operário socialista), no que havia sido dito duramente sobre o francês Léon Blum, especificamente a respeito da sua política do Front Populaire na guerra da Espanha: “inteligente demais para ser um bom político”.

Depois de circular um pouco, ler mais, e acompanhar de perto a única revolução que nossa provinciana Europa conheceu desde a Segunda Guerra Mundial - a Revolução dos Cravos portuguesa -, graças aos amigos⁶, fui cada vez mais imbuído de uma verdade não muito agradável: se Marx foi um gênio, um dos cérebros mais inteligentes do século XIX, não deixa de ser verdade também que ele foi um político medíocre, se não ter sido mesmo o caso de um péssimo político. Generalizando essa constatação, eu acrescentaria que muitos políticos brilhantes foram teóricos medíocres ou caricaturais. Devemos, sem dúvida, dissociar a política da filosofia que se toma por política. Ambas são necessárias.

⁴ Nota da tradutora: *Potere Operai* foi um grupo de esquerda radical italiano, que ficou ativo entre 1967 a 1973.

⁵ Lapo Berti (1940-2017), economista, professor da Universidade de Cosenza, foi um dos primeiros operaístas. Lançou junto com Sergio Bologna a revista *Primo Maggio*. Participou de livros interessantes como *Birth of Digital Populism* (Obsolete Capitalism Free Press, 2014) e *Money, revolution and philosophy of the future* (Obsolete Capitalism Free Press, 2017). Em 2016, a editora Rizosfera publicou a entrevista com ele *Marx, Money and Capital* (série de livros Rhizonomics).

⁶ Quero mencionar aqui em particular o meu amigo Manuel Villaverde Cabral que conheci quando dirigia os *Cadernos de Circunstancia* na França antes de 1975, tendo também participado da Revolução dos Cravos.

Os intelectuais não gostam de políticos porque muitas vezes procuram se passar *a posteriori* por teóricos brilhantes. Contudo, eles devem reconhecer virtudes em políticos profissionais que eles mesmos, muito raramente, as têm.

A segunda anedota, mais recente que a primeira, na qual estive diretamente envolvido, ocorreu quando uma parte considerável da equipe *Futur Antérieur*, da qual eu integrava, decidiu continuar a aventura que Jean-Marie Vincent queria encerrar em 1999, com o retorno de Antonio Negri à Itália. Ao descobrir que o título “Futur Antérieur” havia sido depositado no Bureau de la Propriété intellectuelle [Departamento de Propriedade Intelectual] e que não podíamos mais utilizá-lo, apesar de majoritários, tivemos que buscar outro nome. Alguns propuseram Exil(s) [Exílio(s)], outros Êxodo, outros finalmente Multitude(s) [Multidão (ões)]. Sobre este último termo, que foi rapidamente aclamado, surgiu a questão (sem brincadeira) acerca da flexão de número do substantivo: *Multitude* no singular ou no plural? Quem sabia que Negri já estava trabalhando na próxima obra, *Empire*, defendia o singular. Finalmente, alguns deleuzianos coerentes como Anne Querrien, Eric Alliez e eu, decidimos usar o plural. Por que? Porque colocar Multitude no singular, *A Multidão*, parecia uma “palavra grande” ou um “palavrão”, como diria Deleuze. Em suma, tentar reduzir a dificuldade ao recorrer ao termo *a* multidão no singular, seria supor uma unidade realizada enquanto o que tínhamos ainda ao nosso alcance era tanto o termo de Hobbes de uma definição negativa (a multidão é aquilo que no ou do povo se recusa a ser governado) ou os fiapos de multidões no plural, de forma desordenada, de singularidades que não se somam. *Vel* ou *Aut*? E ou Ou? Eles fizeram o mesmo conosco com O Proletariado, A Classe Trabalhadora e outros palavrões como A Nação, A República.

O despertar tem sido, a cada vez, difícil! Um dos ensinamentos mais interessantes do operáismo italiano (o único marxismo que sobreviveu à proclamada derrocada do marxismo soviético) foi a desconstrução da unidade artificial da classe trabalhadora. Escolher a multidão em vez de as multidões era sinalizar, em alto e bom som, uma opção política. No entanto, nesses anos 2000, a opção por Império e pela onipotência do capitalismo globalizado não era um bocadinho triunfante e demagógico? A chave da política não consistia precisamente em transformar em realidade essa unidade postulada, condenada a permanecer, sem ela, em um desejo piedoso e em aventuras sem fim?

Contrariamente à “doutrina” clássica do operarismo - essa, segundo a inversão preconizada por Tronti em *Operai e capitale* (1966)⁷ e, particularmente no seu ensaio central, instava a olhar para todo capital e sua história a partir da perspectiva da classe trabalhadora, em vez do contrário -, *Empire* se apresentou, desde sua publicação, como uma análise auto-suficiente sobre o poder capitalista e sua principal transformação. Não era necessário ir a fundo dessa dialética tão particular e impressionante - da formação da classe burguesa e do capitalismo sobre o modelo de separação do trabalho produtivo da classe trabalhadora -, para compreender a globalização e o duplo declínio do fordismo e do Estado nação. Foi isso que fez, aliás, o sucesso do livro, elogiado pelas elites financeiras e pelas multinacionais, que já se confrontavam com a revolta soberanista contra a globalização apresentada enquanto um perfeito caos. Isso será bem diferente com os três livros seguintes, nos quais reaparece um programa de superação radical desse capitalismo desterritorializado. Um programa apesar da impossibilidade de sua concretização. Nesse momento, o *New York Times* e o *Financial Times* retomam os julgamentos menos ditirâmicos e se queixam, por sua vez, do “cativo maestro” (professor mau).

Pode parecer surpreendente, à primeira vista, que a constatação da morte cerebral do Estado-nação como última fase da organização da exploração capitalista, elaborada por um teórico revolucionário, líder de extrema esquerda e condenado à prisão, tenha sido saudada pelos mais ardorosos defensores deste novo Império. Na verdade, apesar do Fórum de Davos, iniciado em 1971, e dos esforços da Comissão Trilateral criada em 1973 por iniciativa dos principais líderes do grupo Bilderberg e do Conselho de Relações Exteriores, incluindo David Rockefeller, Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, a unificação e hegemonia dos partidários da globalização encontrou muitas dificuldades. É certo que a contra-revolução neoliberal de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (1981) foi cimentada sobre o fundo ideológico de Hayek e sobre o que a *Société du Mont Pelerin* se tornou trinta anos após sua fundação no Cantão de Valais: uma promoção sistemática do mercado, da economia aberta e da liberdade de expressão (entende-se uma guerra fria e inflexível contra o socialismo “realmente existente”); que tinha a enorme falha de não se interessar pelas transformações do Estado e das instituições governamentais; que, sob o ponto de vista muito sumário de “Estado demais”, defendia a diminuição de seu poder,

⁷ Nota da tradutora: livro traduzido para o português como *Operários e Capital*, pela editora portuguesa Afrontamento, em 1976.

considerado sinônimo de socialismo ou comunismo perigoso. A vanguarda do capitalismo, aquela das multinacionais, dos grandes bancos (em particular os Bancos Centrais cuja autonomia com relação ao Estado havia sido promovida como o principal instrumento de controle da inflação salarial) dispunha apenas de uma teoria toda em negativo do Estado. Ela já era imperial e aspirava à totalidade do poder. Enfim, ela era classe em si sem ser para si, ou o sujeito político pleno, consciente de um projeto.

Esse vazio permitiu que dois ventos precipitassem, para citar J. L. Godard, o que complicou consideravelmente a navegação: o vento leste dos movimentos alterglobalização e o vento oeste da reação soberanista que abominava a globalização, assim como a Europa, e que causou estragos em uma esquerda já atingida pelo colapso do socialismo real em 1989, assim como nas fileiras da direita institucional (pense em Philippe Seguin). *Empire*, ao final, oferecia a essa vanguarda do capitalismo, que flertava na Califórnia com o "comunismo" digital, um tipo de espelho no qual tomar consciência de si mesmo e da espantosa resiliência do capitalismo, que não era de forma alguma aquilo que fora anunciado de *Spat Kapitalismus* por Ernest Mandel.

Independentemente de qual tenha sido a recepção de *Empire* pelos imperiais, quais foram e continuam sendo as principais conquistas da análise do poder capitalista sob suas novas características? Vinte anos depois, seus autores comparam sua contribuição à de Políbio definindo o império romano naquilo que ele tinha de irreduzível do mundo grego asfixiado nas cidades beligerantes. O traço mais marcante dos efeitos da soberania exercida sobre o território, definida assim desde Jean Bodin, consiste justamente na desterritorialização do poder. Na verdade, apesar das repetições do vocabulário emprestado de Michel Foucault (que insiste muito mais nos micropoderes e na necessária reterritorialização, mesmo que não se confunda com a constituição das nações depois dos Tratados de Westfália, pensando em particular no poder pastoral da Igreja Católica da Contra-Reforma), trata-se muito mais da grande intuição de G. Deleuze sobre a passagem da sociedade disciplinar, ancorada em um domínio aqui e agora, para a sociedade de controle, sempre projetada para frente no tempo das finanças e, portanto, no preço do futuro. Trata-se também da desqualificação da guerra geral e molar em favor das guerras moleculares, nunca decisivas, mas tão eficazes quanto as pequenas percepções “do ruído de fundo do mar assolando as falésias” (Leibniz). Trata-se do estado de paz sublimando os estados de pequenas guerras permanentes.

Disto também deriva a característica do *soft power*, que não é mais o choque binário das guerras frias, mas as multiplicidades presentes em todos os lugares (à começar nas mentes das pessoas). Poder flexível e global que não pode enfileirado nem, desse modo, encurralado ou preso em armadilhas. O Império nasceu da mitridatização contra décadas de guerrilhas revolucionárias. Ele não fez apenas contra-guerrilhas dolorosamente incorporadas aos currículos das escolas de guerra; ele mesmo se tornou um guerrilheiro da paz. Exatamente o que era necessário para reduzir o choque entre as nações, ou nos blocos entre as nações ao *status* de uma variável de controle e nunca um fim, muito menos uma luta final.

Não se trata de uma grande substituição da linguagem inter-nações pela aquela das multinacionais. Nem de uma combinação cúmplice dessas últimas com as instâncias oriundas da Liga das Nações seguidas pela ONU: uma conjunção exclusiva. Os Estados não são substituídos por uma nova ordem mundial que deteria os emblemas e o cetro do poder, na forma como o absolutismo se impôs ao feudalismo. Não, ele se articula com as velhas nações para capturar todas as instituições de partidos, sindicatos, línguas e culturas, na forma de uma transposição jamais resolvida: disjunção inclusiva. Não espere que ele faça o trabalho de se livrar dos perpétuos arcaísmos das nações. Eles ainda estão lá, como o mito feliz e quase invariável do povo que se faz um Povo (ver o último livro de Pascal Ory)⁸, mas sem o conteúdo real da soberania, que subsiste apenas enquanto um plebiscito permanente, obtido em grande parte pelo controle onipresente da linguagem, da comunicação e dos meios de comunicação, agora ampliados pelas redes sociais. A ilusão soberana e populista de um renascimento das nações, como todos os movimentos *neo*, termina em um baile de vampiros ou de mortos-vivos.

Com o Império, as contradições são afirmadas e nunca levadas ao fim. Mesmo a ideologia que se apresenta funcional para essa combinação, o neoliberalismo, já não é mais seu coração, seu tabernáculo. É como um engodo do qual nos livramos repentinamente quando chega a um limite, ou uma doutrina-tampão que ingerimos como fast food, primeiro em 2008 e depois em face da pandemia sanitária de um vírus. Os ferozes críticos do neoliberalismo conseguiram 40 anos depois apenas uma coisa: ter a pele do liberalismo naquilo que era progressista, sem nunca se preocupar com as práticas de mercado ou com o autoritarismo estatal.

⁸ Pascal Ory, *Qu'est-ce qu'une nation? Une histoire mondiale*, Paris, Gallimard, Novembre 2020.

Os críticos de *Empire*, mais numerosos à esquerda do que à direita – aqueles parecem ora como um peixe na água quando submersos na nação soberana, ora como um peixe fora d'água quando o aquário se esvazia brutalmente ou insidiosamente –, pensam que a sobrevivência dos Estados-nação e da retórica republicana são argumentos decisivos contra a tese central de Negri e Hardt⁹. Eles observam o florescimento de nacionalistas e Estados-nação no mundo e fazem disso uma prova tanto do declínio do internacionalismo moderado das organizações nascidas da segunda guerra mundial, quanto do projeto utópico do internacionalismo soviético (Pascal Ory). Eles se enganam porque os autores nunca caíram na utopia linear da sucessão (como a *aufhebung* hegeliana) da ordem internacional por um Estado mundial supranacional; tal como não acreditavam na abolição real do capitalismo, uma vez que a Nação se tornou uma engrenagem e não o soberano.

Lembremos a definição de Império: “O Império está srujindo hoje como centro que sustenta a globalização de malhas da produção e atira sua rede de amplo alcance para tentar envolver todas as relações de poder dentro de uma ordem mundial(...)”¹⁰.

Descentralizado, desterritorializado, integrando “progressivamente o espaço de todo o mundo dentro de suas fronteiras abertas e em constante expansão”¹¹, o Império é eclético: integra os Estados-nação assim como Roma e as cidades antigas fizeram, com sua diversidade de governo, de culturas, etnias e religiões. As multinacionais são as vanguardas aristocráticas; as democracias liberais, os modos de sindicalização dos povos, abertamente transformados em plebe na versão populista; as ditaduras autoritárias de mercado, a força de contenção daquilo que o neoliberalismo hayekiano tem de anarquista. Em resumo: um conjunto denso de pesos e contrapesos que busca controlar a mobilidade inter-segmental de seus componentes, muito mais do que unificá-los sob uma disciplina (regra comum). Mesmo o mercado não é mais a sua *ultima ratio* porque pode ser

⁹ Não faremos uma revisão exaustiva das inúmeras críticas dirigidas às teses de *Empire* a partir da extrema esquerda, mas mencionamos, para registro, a virulenta crítica de Claudio Albertani, *Empire et ses pièges, Toni Negri et la déconcertante trajectoire de l'opéraïsme italien* [O Império e suas armadilhas, Toni Negri e a trajetória desconcertante do italiano operaísmo] Contretemps, Revue de critique communiste, Número 13, setembro de 2003, Paris, Syllepse (<http://dndf.org/wp-content/uploads/2010/12/AC13AlbertaniNegri.pdf>); ou do argentino Atilio A. Boron, *Imperio. Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*, Buenos Aires, CLACSO, 2002.

¹⁰ Nota da tradutora: o autor aponta que esta citação encontra-se na página 44 da edição inglesa, sem referenciar qual edição. Optamos por utilizar a tradução já realizada pela Editora Record, no trabalho de Berilo Vargas, na 2ª edição de Império, 2001, onde tal fragmento citado se encontra na página 37.

¹¹ Nota da tradutora: livre tradução a partir da citação em francês que se encontra no artigo original.

dispensado (no sentido de abolição temporária) pelo maior interesse coletivo do capitalismo. Fernand Braudel dizia que o coração do capitalismo mercantilista nascente não é o mercado, mas as finanças. Pode-se dizer que o coração do terceiro capitalismo não é mais o mercado como eficácia, mas uma ideologia de mercado desde que as relações, muitas vezes complexas e paradoxais de mercado/não-mercado, permaneçam mediadas pela financeirização de seu equilíbrio ao longo do tempo.

Com o fordismo, o capitalismo industrial aprendera nas décadas de 1950 e 1970 a quebrar a classe do trabalhador qualificado pelo uso da engenharia tecnológica e da mobilidade da massa de trabalhadores. *Mutatis mutandis*, o Império aprendeu a quebrar a força política do operário da linha de montagem e, na seqüência seguinte, a do trabalhador social (1975-1990). E o que é novo, no que à primeira vista parece uma repetição, é que, na globalização da cadeia de valor, a parte dominante em termos de mais-valia relativa da extração de trabalho imaterial e social da produção, graças ao rastreio e mobilização da revolução digital e depois da inteligência artificial, torna-se permanente e, acima de tudo, constitutiva. Constitutiva em duplo sentido: é a subsunção do trabalho vivo como trabalho vivo e não mais como trabalho morto que ordena e hierarquiza a produção.

A famosa reificação, mercantilização, fetichização¹², em que alguns continuam a ver a substância do poder capitalista, deixa de lado essa suposta dependência do valor econômico no que ela tem de mais próximo à continuidade da atividade cerebral viva e não àquela das imagens e dos ídolos (espécies de sombras lançadas na caverna). Esse poder, Negri e Hardt o chamam de biopolítico. A ótica micro de Michel Foucault mais uma vez é revisitada, porém, projetada ao nível da generalidade máxima.

Dos bens imateriais que permitem construir novos direitos de propriedade, as novas cercas não são mais o alfa e o ômega. Elas são apenas um instrumento entre muitos. Mais procurados, mais coletivos e podendo apenas ser colhidos em um capitalismo de plataformas comuns, os bens imateriais ao quadrado ou de segundo grau retomam as emoções, os afetos, a cooperação, a confiança e a tolerância na heterogeneização¹³ da sociedade. Em resumo, esse capitalismo vai além do estágio primário da imagem, da

¹² Refiro-me a Anselm Jappe e Robert Kurz e à escola da nova crítica de valor, expressa nas revistas *Exit* e *Krisis*.

¹³ Referimo-nos às nossas análises do capitalismo cognitivo (*Le capitalisme cognitif*, Paris Amsterdam 2007 e também ao *Abeille et l'économiste*, Paris, Carnets Nord, 2010)



identidade. Ele é capaz de flertar com a incerteza, o fluxo, o *panta rei* e, assim, com as gerações digitais.

A classe libertadora (segundo o evangelho marxista), ligada à produção sucessiva de bens materiais, de bens imateriais de índice 1, depois aos imateriais de índice 2, não é mais uma parte, nem do partido da classe trabalhadora (com o antigos problemas gramscianos de quem detém a hegemonia). Pior, não faz mais parte do Povo, das revoluções populares nem, portanto, do “martingale” da Nação. Não funciona mais em alianças do tipo como aquela da sociologia, um tanto primária (no duplo sentido da palavra) dos meios de camponeses pobres de Mao; nem na sociologia americana, da construção do sonho americano e seu declínio com a pauperização das classes médias e de colarinho branco sob Trump. Ela é tanto explorada exaustivamente pelo novo capitalismo, como cooptada enquanto novas elites; mas sem a condição de poder constituinte, mesmo aquele dos mandatos eletivos.

Note-se de passagem que a análise desse poder constituinte do capital em *Empire* está abaixo, em nossa opinião, de uma das principais obras do teórico da Multidão, *Le pouvoir constituant : essai sur les alternatives de la modernité*¹⁴. Assim, o Império reverteu em seu próprio benefício e confiscou todo o poder constituinte (desvalorizando radicalmente as elites republicanas representativas e a dialética “positiva” entre as crescentes burguesias produtivas, as elites e a classe política).

Nem a velha ou a nova classe operária, nem a burguesia, nem as desgastadas aristocracias da renda, nem mesmo os jovens negociantes cocainômanos da embriaguez da bolsa não são mais constituintes. O único que pode reivindicar o título do poder constituinte é o sistema em movimento: uma abstração que está muito além de qualquer classe identificável, qualquer Palácio de Inverno e, menos ainda, de qualquer Perspectiva Nevsky¹⁵. A administração dos homens não é substituída pela administração das coisas, mas por algoritmos de controle de fluxo, incluindo fluxos cerebrais, demandados, sobretudo, por sua capacidade de desprogramar e depois reprogramar.

Em seu artigo para o vigésimo aniversário de *Empire* na *New Left Review*, Negri e Hardt enfatizam seu caráter sistemicamente misto que entrelaça regimes oligárquicos, tirânicos ou populistas. O que movimenta, atravessa e compõe esse poder não atinge

¹⁴ Paris, Presses Universitaires de France, coll. « Pratiques théorique », 1997. [Nota da tradutora: edição brasileira consta como *O poder constituinte: ensaios sobre as alternativas da modernidade*]

¹⁵ Nome da famosa avenida de São Petersbourg.

nunca a forma de um estado global, nem a hegemonia de um imperialismo unificado. A crescente fraqueza do poder americano desde 2008 se mostrou incapaz de preencher o papel de uma monarquia total. Estamos, portanto, em um regime instável mas duradouro, que não caminha para nenhuma catástrofe no sentido aristotélico da reviravolta dramática.

Então, inevitavelmente, surge a questão de "o que fazer?" em tal cenário. O problema é tanto mais surpreendente que a via alternativa ordinária à monarquia, oligarquia ou governo da população (a oclocracia) em uma tipologia de ação política ligada à natureza de um regime, ou seja, a democracia, também é integrada ao Império e, no mesmo movimento, descartada. Negri e Hardt escrevem de fato: "This level of the mixed constitution can be called 'democratic' only in the most degraded sense of that term, for it does not include anti-systemic movements or forces that could pose a serious threat to the continued functioning of Empire"¹⁶.

As forças internas à constituição do império não apresentam nenhum caráter sistêmico capaz de ameaçá-lo gravemente. A observação é impiedosa, glacial e com graves repercussões porque parece fechar, sem recurso, o caminho para o aprofundamento da democracia dentro do próprio império. Afinal, não se pode esperar de uma descrição da dominação capitalista que ela também nos forneça as chaves para a sua saída (por exemplo, na forma de contradições principais e secundárias). Por outro lado, o mais inquietante é que tal constatação ocorre após os outros três trabalhos da tetralogia *Multitudes, Commonwealth e Assembly*.

Depois de parecer desqualificar as forças opostas internas ao império, Negri e Hardt reconhecem que "todos os esforços de resistência (não) são em vão e destinados a serem cooptados pelo poder imperial". Tal declaração é, em seu cerne, uma resposta às forças da globalização e aos novos internacionalismos¹⁷. Novo feminismo e migrações internacionais são os temas da "insurgência em curso". O terceiro tema político destacado

¹⁶ Nota da tradutora: "Este nível da constituição mista pode ser chamado de "democrático" apenas no sentido mais degradado do termo, pois não inclui movimentos ou forças anti-sistêmicas que poderiam representar uma séria ameaça ao funcionamento contínuo do Império (livre tradução)".

¹⁷ "Reading from below in this way allowed authors such as Giovanni Arrighi and Fredric Jameson to recognize that the development of neoliberal globalization from the 1970s was really a response to the 1960s confluence or accumulation of worker rebellions, liberation struggles and revolutionary movements throughout the world" - [Ler a partir de baixo dessa maneira permitiu que autores como Giovanni Arrighi e Fredric Jameson reconhecessem que o desenvolvimento da globalização neoliberal a partir dos anos 1970 foi realmente uma resposta à confluência ou acúmulo de rebeliões de trabalhadores, lutas de libertação e movimentos revolucionários em todo o mundo nos anos 1960 (livre tradução)].



é o da luta contra o extrativismo produtivo do império, que explora e expropria os novos bens comuns digitais, ecológicos, sociais e biopolíticos.

Essas análises retomam as teses clássicas do operaísmo e da conquista da autonomia desses movimentos, ainda que integrem a ecologia e o tema do comum de forma nitidamente mais acentuada do que antes. Estão os nossos dois autores cientes de que, após o refinamento de suas análises do império, e, especialmente, depois do que parecia ser uma desqualificação de toda política dentro deste (e, portanto, de toda política institucional), esse novo internacionalismo de movimentos é um pouco fraco? E não muito original, pois repete discussões dentro da esquerda extraparlamentar italiana nos anos 1970 e do “esquerdismo europeu” dos anos 1960 e 1970? Ainda assim, eles voltam à clássica e difícil questão da composição e unificação desses movimentos (ver nossa segunda observação introdutória) ao proporem reconciliar a análise em termos de composição de classe (tradicional do operaísmo) com aquela da “anomalia selvagem” da multidão por uma fórmula decalcada da análise da mais-valia em Marx.

Na verdade, o problema com as lutas das últimas décadas animadas por multidões é que elas recusam qualquer liderança centralizada (e expressa por um partido), especialmente durante o surgimento do movimento dos delegados. Uma velha observação no cerne do debate que já havia levado ao desmantelamento do grupo *Potere Operaio* entre 1971 e 1973: se os movimentos sociais portadores de uma mudança revolucionária da sociedade afirmam sua autonomia resoluta com relação aos sindicatos, aos históricos partidos do Movimento dos Trabalhadores, mas também aos grupos extraparlamentares, qual é o papel de um partido político revolucionário e da ação voluntarista referente ao famoso lema do grande e incômodo reformista Bernstein, que serviu de bode expiatório tanto para Lenin quanto para Kautsky: “o movimento é tudo, o objetivo não é nada”? Os herdeiros do leninismo, que tiveram muito o que fazer em um contexto totalmente diferente da situação russa 1905-1920, defenderam nos anos 1965-1970 tanto a versão trontiana, que retornara à velha casa comunista, de atribuir a estratégia aos sindicatos e a tática ao Partido Comunista (o inverso do que era sustentado pelos leninistas e os sindicalistas reformistas da social democracia), quanto a versão light (defendida pelos membros do grupo da *Potere Operaio* preservada) do partido como simples elo de ligação dos pontos mais fortes dos movimentos. Restava uma terceira solução: a dos partidários da autonomia operária que abandonaram a referência a um

partido definido, a uma instituição ou a uma organização. Um pouco semelhante ao que ocorreu na França, aqueles eram chamados de Mao-spontex (para espontaneístas maoístas) de *Gauche Prolétarienne* dissolvida ou de "Vive la Révolution". Dizemos "um pouco", porque havia mais conteúdo nas discussões italianas. No entanto, (essa questão surgiu em toda a Europa) como evitar a fragmentação e especialmente a impotência em face às tentativas de apropriação por cripto-partidos de fato (como a Autonomia dos Trabalhadores Organizados) ou grupos armados clandestinos como as Brigadas Vermelhas? Com o Movimento de Bolonha (esse em muitos aspectos se assemelhava a uma versão italiana de um maio de 68 atrasado), testemunhamos uma derrota política, severamente sancionada a partir de 1978-79, com o início dos primeiros anos de chumbo.

Contudo, releiamos o que Negri e Hardt escreveram no artigo da *New Left Review*. A autonomia desses movimentos realmente ocorreu, ressaltam eles (a ver Cochabamba 2000-2010 na Bolívia, a Primavera Árabe de 2011 e o movimento massivo de refugiados de 2015). Porém esses movimentos, fortemente autônomos, foram "geralmente de curta duração, muitos derrotados e alguns viram suas conquistas brutalmente questionadas". Eles careceram de uma "forma criativa e original de pensar sobre a organização política". Este é um problema urgente¹⁸. A questão da política revolucionária torna-se então: "Como pode uma multiplicidade agir politicamente e dotar-se de uma capacidade duradoura para realizar uma transformação social real?"¹⁹.

A forma de colocar o problema permanece a mesma de 1973-1976. Vejamos a solução proposta por Negri e Hardt. Ela contém nada menos do que uma "fórmula geral de organização" (sic). Ela é calcada sobre a formulação de Marx da mais-valia, C-M-M'. Aqui é uma questão de mais-valia política: Classe -Multidão- Classe' (C-M-C'). Ao fazer-se multidão ou ao passar pelo estágio da multidão, a classe antagônica torna-se uma classe multitudinária, uma classe interseccional. Uma classe que recupera a riqueza subjetiva e a multiplicidade das lutas das minorias; que entram diretamente na análise da composição de classe com a qual não se trata mais de justaposição ou de aliança em questão, mas de transformação de cada um de seus componentes. A classe, ao fim deste processo de

¹⁸ "Something more is needed; and, as militants of various stripes will tell you, creative and original thinking about political organization is urgently required - [É necessário algo mais; e, como militantes de vários matizes lhe dirão, um pensamento criativo e original sobre a organização política é urgentemente necessário (tradução livre)]".

¹⁹ "How can a multiplicity act politically, with the sustained power to bring about real social transformation?"

transformação, é uma classe aumentada, C' como C' na fórmula de Marx, onde o capital inicial se encontra aumentado pela mais-valia através da sua transformação em mercadoria.

Isso pode parecer atraente à primeira vista²⁰. Porém também não é certo que o paralelismo seja bastante sólido. Com efeito, quando o capital passa a ser as condições concretas de trabalho e torna-se o comando sobre ele, graças ao qual pode se apropriar do sobretrabalho, trata-se de uma composição concreta que nada tem a ver com o devirmultidão da classe, que corresponde a uma decomposição desta, a uma cisão com a classe trabalhadora (realidade produtiva) e, ao mesmo tempo, com a realidade ideológica e cultural do movimento operário. Concretamente, os imigrantes, as mulheres, as minorias sexuais e os colonizados se organizam de forma autônoma e rejeitam a unidade fictícia dos slogans « universalistas », acusando-os de ser um mecanismo que permite a persistência da dominação masculina, colonial e heterossexual. O devirmultitudinário da classe passa por uma supressão (*Aufhebung*) da classe como força dominante, forte e, portanto, unificada. O trabalho do negativo não se traduz, em todo caso, imediatamente em adição e composição de forças por adição, mas em subtração, em uma noite especulativa que enfraquece a classe (razão pela qual, em geral, ela se recusa a se tornar multitudinária, como demonstram os valores bastante reacionários e sexistas dos trabalhadores tradicionais em termos de costumes e de cultura).

Quanto à segunda passagem, aquela da multidão à classe da intersectorialidade das minorias, - daqueles que lutam mais pela sua libertação do que contra a exploração como condição para uma luta preliminar contra a exploração geral -, seus ganhos são efetivos e incomparáveis em termos de consciência de uma classe real, como uma força instantânea de ataque. Porém comumente não deixam de ser tão incertos como no movimento precedente, isto é, frágeis no longo prazo e dificilmente consolidados em uma cultura alternativa de contra-instituições. Isso explica porque os momentos “de calor” da luta

²⁰ “This is why class—a multitudinous class—rather than coalition seems to us the appropriate concept. But this is a notion of class that is not only composed of a multiplicity, and grounded in forms of social cooperation and the common, but also articulated by internal bonds of solidarity and intersection among struggles, each recognizing that the others are ‘a chapter of their own social and political history’. That is its mode of articulation, its mode of assembly - [É por isso que classe - uma classe multitudinária -, em vez de coalizão, parece-nos o conceito apropriado. Mas esta é uma noção de classe que não é apenas composta por uma multiplicidade, e fundamentada em formas de cooperação social e comum, mas também articulada por laços internos de solidariedade e interseção entre lutas, cada um reconhecendo que os outros são ‘um capítulo de sua própria história social e política’. Esse é seu modo de articulação, seu modo de montagem (livre tradução)].

permitem milagres de circulação, solidariedade, fraternidade, cooperação, que não encontramos no curso rotineiro e contínuo da produção (ver as primeiras enquetes operárias do *Quaderni Rossi*)²¹.

O apelo de Negri e Hardt por uma transformação interna da classe ao desafio do devir-multidão é engenhoso *as usual*, porque recupera e acultura o vocabulário tradicional do movimento operário às novas culturas feminista, decolonial, anti-racista e anti-homofóbica e interseccional: “Não haverá hoje nenhum projeto vitorioso e duradouro de política de classe que não seja tão feminista, anti-racista e *queer!*”²².

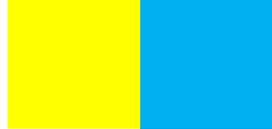
Podemos apenas aplaudir tal programa. Comparado à grosseria insondável do populismo dos líderes de certos Estados ou partidos (D. Trump, J. Bolsonaro, R. Erdogan, V. Orban, M. Salvini, M. Le Pen) ou à soberania dos identitarismos pouco hábeis (M. Onfray); com relação à ausência total de inovação da política tradicional, tal programa é bom. No entanto, sobrevem a desconfiança de uma pessoa com 50 anos de experiência com as receitas do operaísmo e dos “melhores marxistas” do mundo, de que algo está faltando nesta fórmula global de organização revolucionária capaz de colocar de joelhos o Império.

**O que está faltando ao martingale da classe interseccional e multitudinária?
Algumas pistas.**

A primeira pista que seguiremos é a do problema da consciência de classe e da ideologia, que fora rapidamente descartada pelo operaísmo. Esta escola de pensamento tem, provavelmente, de se libertar do legado avassalador do historicismo de Antonio Gramsci (a tese da dupla necessidade da classe trabalhadora de fazer alianças se quiser aceder ao poder e ao mesmo tempo de construir a hegemonia nesta aliança pelas vias pacíficas e não por puras relações de força, recorrendo, então, à cultura e à ideologia), que

²¹ Nota da tradutora: *Quaderni Rossi* foi uma revista italiana fundada em 1961 por um grupo heterodoxo de marxistas.

²² “it should be obvious that the multiplicity of mutually constituting structures of domination offers a superior lens for grasping our social reality, and this requires supplementing our brief investigation of capitalist rule with equal analyses of the institutional structures of race, gender and sexual hierarchies. But it is most crucial at the level of practice: there will be no successful and sustained project of class politics today that is not also feminist, antiracist and queer - [Deve ser óbvio que a multiplicidade de estruturas de dominação que se constituem mutuamente oferece uma lente superior para apreender a nossa realidade social, e isso requer complementar a nossa breve investigação do domínio capitalista com análises iguais das estruturas institucionais de raça, gênero e hierarquias sexuais. Mas isso é mais crucial no nível da prática: não haverá hoje nenhum projeto bem-sucedido e sustentado de política de classe que não seja também feminista, anti-racista e *queer* (livre tradução)]”.



Georg Lukács segue muito além do que uma sombra tutelar do autor dos Cadernos do Cárcere.

Voltemos novamente para a visão que propunham Negri & Hardt sobre a organização da classe detentora da libertação em classe intersetorializada pela experiência do devir multidão dos movimentos. Eles preferem o termo "classe multitudinária" ao de coalizão e não se limitam a enfatizar a multiplicidade (que nos lega o quebra-cabeça da unificação) e as "alianças de classe" (entende-se as alianças que se formam pelo interesse da classe revolucionária). Esta multiplicidade está, segundo eles, "enraizada nas formas de cooperação social e no comum; mas ela também está articulada por vínculos necessários (*internas bonds* e não apenas *links*) de solidariedade e de intersecção (sobreposição) de lutas, cada uma dentre elas reconhecendo que os outros são um capítulo de sua própria história social e política. Este é o seu modo de articulação e de assembleia".

Esta problemática retoma uma velha questão que há muito atormenta o movimento operário, a da "consciência de classe"²³. Citemos o início do famoso livro de Lukács *História e Consciência de Classe*, cujo primeiro ensaio foi escrito em 1920 e fornece o título da obra publicada em 1923:

No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção. O que significa então a consciência de classe? A questão se ramifica mediatamente numa série de questões parciais, estreitamente ligadas entre si. Em primeiro lugar, o que se deve entender (teoricamente) por consciência de classe? Em segundo, qual é a função da consciência de classe assim entendida (na prática) na própria luta de classes? Tal pergunta leva à seguinte: a questão da consciência de classe é uma questão sociológica "geral" ou tem para o proletariado um significado inteiramente diferente daquele que teve para todas as outras classes surgidas até então na história? E, por fim: a essência e a função da consciência de classe formam uma unidade ou comportam diferentes gradações e camadas? Se for assim, qual o seu significado prático na luta de classes do proletariado?²⁴.

Friedrich Engels parte da premissa de que, embora a essência da história seja que "nada acontece sem um projeto consciente e um propósito buscado", para entender a história é preciso ir além disso. Visto que, por um lado, "as muitas vontades individuais ativas na história, para a maioria delas, produzem resultados muito diferentes daqueles

²³ Utilizamos aqui parte de nossa apresentação *Class consciousness and solidarity under a cognitive capitalism regime*, Saas-Fee Summer Institute of Art 2020 | Berlim, <http://sfsia.art>, Vídeo Conference 4 de agosto de 2020.

²⁴ Nota da tradutora: utilizamos a tradução de Rodney Nascimento da obra de Georg Lukács *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*, pp. 133-134.

que se propuseram a alcançar” - em regra ocorre exatamente o oposto, tanto que suas motivações, em termos de resultado global, podem parecer de importância secundária; por outro lado, surge uma nova questão: quais são as forças motrizes por trás dessas motivações? Quais são causas históricas que se transformam elas mesmas em motivos na mente dos atores? Ele continua seu raciocínio dizendo que essas forças motrizes devem ser determinadas, especialmente aquelas que “põem em movimento grandes massas, povos e, novamente, todas as classes de um povo; e que acabam por criar uma ação que tem por resultado operar uma grande transformação”. A essência do marxismo científico consiste, portanto, na tomada de consciência de que “as verdadeiras forças motrizes da história são independentes da sua consciência (psicológica) pelo homem”²⁵.

A teoria operaísta da composição de classe sempre se destacou quando se tratava de explicar a fragmentação ou desconstrução da unidade de classe, cujo cumprimento era vangloriado e promovido enquanto um fenômeno objetivo (por exemplo, quando se passa da ascensão da linha de montagem do trabalhador qualificado comunista para o trabalhador de massa radical, ou então da classe trabalhadora do fordismo para o trabalhador social). A escola operaísta manifestava um certo desprezo pelo problema da tomada de consciência de classe e o considerava como puramente ideológico. A palavra ideologia teve sempre uma conotação negativa para essa corrente de pensamento. A ideologia sempre serve ao capital, nunca aguça a lucidez revolucionária. Apesar de nunca ter feito referência à Georg Lukács - que eu saiba -, Mario Tronti descartou deliberadamente em *Ouvriers et Capital* (1967 e 1970) as questões da consciência de si (o para si hegeliano), da tomada de consciência e dos processos de constituição de um sujeito na história, como armadilhas nas quais não se deve cair. Compreendemos, ao olharmos retrospectivamente, se tratar de uma armadilha que conduz diretamente ao historicismo de Gramsci, que mistura de uma só vez o oportunismo e o economicismo (como o viu Althusser, que endereçou a mesma crítica a Stalin!).

O fato é que o movimento operaísta se distingue radicalmente, quando comparado ao maoísmo, ao trotskismo e aos movimentos do Terceiro Mundo, por sua grande indiferença aos debates ideológicos sobre a natureza dos regimes socialistas, sobre a

²⁵ George Lukacs. *Geschichte und Klassenbewußtsein*, 1923; trad. fr. : *Histoire et conscience de classe* (trad. Kostas Axelos et Jacqueline Bois), Paris, Minuit, 1960; *History & Class Consciousness*; Translator: Rodney Livingstone; Publisher: Merlin Press, 1967 ; <<https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/lukacs3.htm>>.

Revolução Cultural Chinesa, bem como sobre as lutas anti-imperialistas. É praticamente sua marca registrada. Devo dizer que, na época, nós operaístas (sem ser o da Luta operária) agimos da melhor forma ao evitar perder tempo com debates que a extrema esquerda arrastou por mais de vinte anos! O problema é que nos vinte anos seguintes (1980-1990) fizemos o mesmo com as questões ecológicas e as lutas anti-racistas, prelúdios das lutas decoloniais.

Em certo sentido, o operaísmo foi bastante lógico em sua recusa da temática da consciência de classe, da cultura revolucionária e das grandes batalhas ideológicas. O “conceito do cão que não morde” (Spinoza). E o conceito de trabalhador de massa que não faz greve! A abstração “historicamente determinada” é um fato, uma realidade objetiva; não precisa de sentimentos, muito menos grandes sentimentos, ou de fabricação de si e toda aquela “merda de interioridade psicológica” (psicologia era praticamente um palavrão na época nas ciências humanas tal como “humanismo” nos dois lados dos Alpes). Além disso, ela já havia sido magistralmente desqualificada pela desconfiança Luckacsiana ante a ideologia, que ainda é uma armadilha do capitalismo. Bastou-nos citar a famosa frase de Marx e Engels em *La Sainte-Famille, Critique de la Critique contre Bruno Bauer et consorts (1845)*:

Não se trata do que este ou aquele proletariado, ou mesmo todo o proletariado, imagina em dado momento como fim. Trata-se do que ele é e do que, de acordo com esse ser, será historicamente coagido a fazer (citação feita em destaque no ensaio *Consciência de Classe* da obra monumental de Lukács *História e consciência de classe*)²⁶.

Era tão simples? Provavelmente não. Porém estávamos reiterando, assim, o desejo de um “marxismo científico” (também encontramos em Althusser esse movimento de rejeitar as orgias da ideologia stalinista e anti-stalinista). Se recuarmos ainda mais, estávamos refazendo nossos passos no estranho atalho e na desenvoltura com que o próprio Marx tratou a questão do trabalho de reprodução (dentre a qual a questão da reprodução do sujeito como força de trabalho no lar). Uma questão levantada no início dos anos 1970 por Maria-Rosa Dalla Costa, que vinha do operaísmo, e por Selma James, que vinha do Movimento Negro e dos movimentos anticoloniais, ambas feministas²⁷.

²⁶ Nota da tradutora: como o autor, retiramos a citação do fragmento da obra de Marx e Engels (*A sagrada família*) do texto de Lukács, utilizando, para tanto, a tradução de Rodnei Nascimento de *História e consciência de classe*.

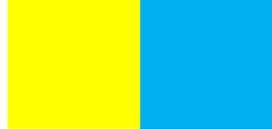
²⁷ *The Power of Women & the Subversion of the Community* (with Selma James); Bristol: Falling Wall Press, 1972.

Duas observações aqui para sublinhar alguns limites desta aposta feita nesta forma de abordar a questão da consciência de classe. A primeira se deve às consequências de se ter negligenciado ou tratado de forma precipitada o fato da política consistir na mobilização de sujeitos coletivos, em outros termos, que as dobras das subjetividades não podem se limitar ao problema da política como um todo. O coletivo sem subjetividade viva é uma categoria abstrata, *ex post*. Proporciona o prazer acurado e estético de compreender e interpretar, mas não mexe com a realidade e nem pode substituir a política. Se, por acaso, for esse o caso, é de todo modo *ex post*. Portanto, não adianta fazer planos ou preparar qualquer política *ex ante*.

Certamente, trata-se do reconhecimento da autonomia da história que se escreve em relação à consciência, mas também da política em relação a qualquer vontade. Sim, trata-se também da autonomia dos movimentos, da sua auto-suficiência e da sua espontaneidade. No entanto, quando se trata de transformar o mundo, isso acaba por ser pleonástico, redundante, sem esperança, enfim, gesticulatório ou fora de questão? Observação cruel de impotência a que conduz este soberbo desdém pela questão da subjetividade, da cultura política revolucionária e das dobras da consciência ou da subjetivação que gostaríamos que fosse a classe!

A segunda observação requer um pouco mais de explicação. Ela diz respeito à transformação dramática que afetou o capitalismo, sob o incessante fogo cruzado da luta de classes entre 1960 e 1970. Devíamos ter levado a sério a hipótese fundamentalmente relevante do operaísmo. Refiro-me à incrível flexibilidade e maleabilidade do capitalismo para se transformar, ao abraçar fielmente os contornos do novo trabalho produtivo para se reestruturar. Muito se tem falado sobre o neoliberalismo. Este movimento supostamente deveria ser um contra-ataque, uma contrarrevolução real. Admitamos! Porém a questão se torna então: qual era a Revolução à qual o neoliberalismo devia se opor? A resposta usual a esta pergunta foi: a recusa de um compromisso entre o Estado de Bem-Estar social e as organizações do Movimento dos Trabalhadores (sindicatos e partidos socialistas ou comunistas) como havia sido brilhantemente descrito por A. Negri em seu famoso livreto *Crise de l'Etat Plan, communisme et organisation révolutionnaire* [Crise do Plano Estado, comunismo e organização revolucionária].

Surgiu algo com o qual não tomamos cuidado e que, infelizmente, se tornou uma verdade incontestável na Esquerda, para além do operaísmo italiano: o neoliberalismo



significou apenas um retorno sem imaginação ao Estado capitalista liberal do período 1880-1930, com um retorno da flexibilização dos salários à sua queda, como Keynes havia bem detectado. Entretanto, tal resposta é um tanto preguiçosa sobre o plano intelectual. Ela é bastante simplista e, acima de tudo, ingênua, o que não é perdoável para pessoas que acreditavam ser significativamente mais espertas do que outras.

Se fomos olhar mais de perto para o que aconteceu com a contrarrevolução neoliberal, verá que não foi bem assim. O tamanho do Estado-nação, apesar do *slogan* muito ideológico e thatcheriano de "menos estado!", não diminuiu. O papel do Estado cresceu, mas se transformando. Ele foi reformatado para atender a dois propósitos.

Em primeiro lugar, o que corresponde mais estreitamente ao empowerment (empoderamento) do cidadão, do trabalhador, do consumidor em todos os aspectos de sua existência - educação, saúde, aposentadoria, vida familiar, poupança, habitação. Não foi a *autovalorização* que havia sido evocada de forma brilhante por Negri em 1972, mas sim a recuperação pelo capitalismo do crescimento de uma subjetividade mais autônoma em relação ao comando capitalista, já biopolítico e cognitivo. Não mais a velha toupeira, mas era o jovem capitalismo que estava fazendo um bom trabalho! Assim como nas artes marciais se faz com a energia do seu adversário, foi da subjetividade revolucionária que esta nova fase do capitalismo retirou toda a sua energia: uma versão sofisticada e muito mais profunda da "recuperação" publicitária da revolução! O famoso *slogan* de Margaret Thatcher "there is no such thing as society" (não existe a sociedade) significava simplesmente: a forma eficaz de alcançar mais bem-estar não é, ou não é mais, reivindicá-lo face ao Estado, como um direito que é devido a você, mas é de obtê-lo por você mesmo, como subjetividade. Revolucionário, não-conformista, franco-atirador se tornou empreendedor (incluindo de si mesmo, pois os primórdios das tecnologias digitais já estavam apontando para o seu nariz): *startupers!* Traduzindo para o plano econômico: você pode obter mais renda mesmo que seu salário não cresça mais do que a inflação a cada ano, ao financiar sua poupança, investir em fundos de pensão etc. Este ponto foi analisado corretamente. O que menos se viu foi a estreita ligação entre essa transformação do que se tornou o papel do Estado e a transformação do papel do trabalho no processo de produção da mais-valia.

Marx definira a exploração em estreita relação com o papel da grande indústria: correspondia à força de trabalho como o dispêndio de energia muscular em mercadorias

e trabalho morto. Na nova face do capitalismo, o capitalismo cognitivo, a maior parte da riqueza é capturada quando o trabalho vivo permanece vivo durante todo o ciclo produtivo. O trabalho totalmente produtivo não segue as tarefas prescritas, mas deve demonstrar autonomia e iniciativa (ver as análises de Alain Supiot²⁸). Resumindo, o empregador espera cada vez mais que ele colabore e coopere com seu cérebro e não se contente apenas em obedecer. E quanto mais as funções lógicas do cérebro analítico são absorvidas pela eletrônica e pelo computador, mais o valor da inovação produzida pelo cérebro direito (síntese, emoção, empatia, cooperação e processamento do complexo) é o que se espera da parte do funcionário cognitivo, porque representa a parte mais importante e promissora do valor.

Em uma economia de "variedade" - de diferenciação constante, de mudança tecnológica permanente, onde o conhecimento, a capacidade de aprender, a concepção, o estilo, o design, a atenção dada às relações com o cliente, tudo isso conta cada vez mais -, o conteúdo do trabalho subordinado mudou drasticamente. No contexto de uma individualização cada vez maior do contrato de trabalho, de um emprego flexível, pedimos cada vez mais coisas ao trabalhador, apelamos à sua individualidade, à sua singularidade. A escola de Frankfurt já havia descrito isso para os bens de consumo em massa. A partir de agora, trata-se de se tornar auto-empresendedor de dividir com o empregador os riscos inerentes ao mercado. Não é, pois, surpreendente que o sistema de trabalho assalariado, fruto de compromissos ao longo de vários séculos, vacile nos seus alicerces considerados os mais sólidos, e que exista uma certa desordem entre os sindicatos, as pequenas empresas familiares e também entre as áreas técnicas e especializadas.

No entanto, o problema da tomada de consciência reaparece com maior intensidade. Como o esparadrapo do capitão Haddock²⁹, o problema da consciência continua a ressurgir. Uma das consequências dessa transformação ocorrida sob o neoliberalismo, de uma transformação da produção mas também do indivíduo produtor-cidadão-aprendiz-consumidor: em vez de acontecer em fábricas e escritórios, a luta de classes se dá no interior dos cérebros dos indivíduos, como também dentro o cérebro

²⁸ Alain Supiot, *Le travail au XXI^e siècle*, Video You Tube, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r287OKsl91U>>.

²⁹ Nota da tradutora: referência à história em quadrinhos de Titin, escrita por Hergé, na qual, em uma das históricas, há como evento secundário a passagem esparadrapo do capitão Haddock para outros personagens, colando-se em todo mundo.



coletivo de indivíduos conectados entre si por redes digitais (em particular as redes sociais). E, com pandemia do Covid-19, o que está acontecendo em matéria de uberização da gestão e do trabalho intelectual; de destruição ou decomposição da clássica e histórica unidade da fábrica e do escritório pelo home office; não é outra coisa senão acentuar esse movimento.

O caos interno não produz boas vibrações. Os mecanismos de fabricação de *fake news* no Facebook, no Twitter ou no Weibo mostra como a polarização, a seleção do ódio ou a construção de um consenso cego podem alterar a expressão da vontade do povo.

Não pensávamos que a consciência pudesse, como a classe trabalhadora, experimentar processos de composição e decomposição, e que o resultado da política dependesse muito disso; assim como o âmbito da democracia direta ou representativa que nos havia legado a tradição progressista. Isso significa, porém, que a busca por uma representação cujo papel seja lidar concretamente com essas questões deva ser simplesmente descartada?

Uma das ideias fortes de *Multidão* era que ela não se apresenta, que se recusa a ser representada, tal como ela se recusa a ser governada. Isso significa que ela se recusa a governar, a se afirmar, a afirmar-se classe para si com suas instituições e suas culturas? Não deveríamos antes falar, em vez da recusa de ser representada, da recusa da identidade cultural e da própria identidade em favor de uma trans-identidade, da cultura como passagem, ponte ou movimento? Definir sua relação com os padrões culturais, não como uma aculturação dos dominados à la Bourdieu, ou como um multiculturalismo, mas como um transculturalismo à maneira do cubano Fernando Ortiz? Em vez de centrar e reorientar a consciência e a identidade, não deveríamos deslocar, descentrar, descolonizar? A reconquista da agência na história e na política da democracia provavelmente passa pela descolonização das grandes estátuas do fórum, pela remoção de algumas certezas.

Outra pista que citamos guarda relação com dois grandes vazios no pós-operaiísmo globalizado: (1) aquele que diz respeito à questão ecológica e ao surgimento não só dos partidos verdes, mas de um movimento como o Extinction / Rebellion [Rebelião da Extinção]; (2) outro que tange a construção federal da Europa e de um futuro dos Estados-nação diferente ao da submissão às empresas transnacionais capitalistas ou da sobrevivência zumbi de resíduos que se proclamam soberanos.

Não digamos que essas duas questões dizem respeito apenas à Europa. Em *Assembly*³⁰, Michael Hardt tentou fazer a ligação entre a questão dos comuns ou do comum e a causa do planeta. Não foi a primeira vez, já que havia dedicado grande análise à Cochabamba, na Bolívia; mas, por falta de um aprofundamento conjunto da questão ecológica e da democracia mais desenvolvida (não apenas a do plebiscito permanente), o regime de Evo Morales fechou-se no populismo de esquerda. Por falta de apoio a Marina, a candidata verde nas eleições presidenciais brasileiras, os "revolucionários" do PT escolheram uma candidata industrial e desenvolvimentista, não importa qual o seu custo para o meio ambiente e para os povos originários do Brasil, o que acelerou a corrida populista bolsonarista. Isto para não falar da Venezuela³¹!

De maneira mais geral, sobre o discurso pós-operaísta sobre os comuns ou o Comum, também haveria muito o que dizer. A questão dos comuns não pode ser resolvida anexando-a ao velho debate sobre expropriação (o movimento das cercas "parlamentares") ou pela péssima solução adotada por Marx, infelizmente, de taxar a defesa da propriedade (sobrepondo os usos, fruição e a invasão da posse) de neo-proudhonismo. A propriedade capitalista privada visa reduzir tudo ao abuso (o direito de alienar permanentemente). Mas a propriedade pública, estatal e dita coletiva dificilmente é melhor, como a experiência tem mostrado em todas as latitudes do socialismo implantado. Entre o Estado e o mercado, os comuns, dos quais Elinor Ostrom mostrou a importância e a pertinência para a gestão e cuidado sustentáveis de sistemas ecológicos frágeis, atestam em todas as latitudes que a propriedade individual tradicional (antes de ser absorvida pela propriedade privada industrial) é mais eficiente e mais justa. Não adianta visitar superficialmente o tema dos comuns se for para cair novamente nos erros que o marxismo clássico (do qual Marx é o primeiro) cometeu a respeito da questão camponesa (oh Kautsky, mas também oh Lenin, oh Stalin e oh Mao) e que pagou caro no tratamento da questão nacional (isso nos traz de volta ao Estado-nação). E seria um ângulo de ataque particularmente interessante com toda uma parte da extrema esquerda

³⁰ Assembly. Presentation of the new book by Michael Hardt and Antonio Negri [Assembléia. Apresentação do novo livro de Michael Hardt e Antonio Negri]. 2 mai 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sKmJMU0BWmA>>.

³¹ Ver o dossier sobre o laboratório América Latina organizado por Giuseppe Cocco para a revista *Multitudes*.



teórica que se volta para esta questão³² para explorar no âmbito da ecologia e sua emergência planetária um programa político de construção dos novos comuns (digital, ecológico e produtivo).

Outro vazio que se revela particularmente estratégico no pensamento pós-operaísta ou multitudinário: na parte crucial que se lança a um salto institucional federal de construção europeia, não encontramos em Negri e Hardt uma fala que claramente se diferencie da crítica clássica da esquerda, para quem a Europa é apenas uma máquina de guerra neoliberal contra os povos. Entretanto, a Nação antes de existir como estado de coisas, que uma vez alcançou uma enorme inércia, existiu como projeto, e como projeto deu origem aos seus melhores aspectos e princípios de organização da sociedade (liberdade de seus membros e igualdade, ao menos, presumida), mesmo que não tenha sido alcançada. Foi a Europa das Nações e sua pós-colônia americana que, ao final de um quase suicídio após duas guerras mundiais, trouxe para a pia batismal os Direitos Humanos da Declaração de São Francisco de 1948.

Fernand Braudel mostrou que a França como identidade não existia até a conclusão da rede ferroviária, ou seja, por volta da década de 1890. Hoje é o projeto de uma Europa política federal que contém eficácia positiva (e não apenas reação e ressentimento no sentido de Nietzsche) e que, acima de tudo, pode coligar e fundir forças políticas muito heterogêneas. Esta questão é um dos principais critérios das alianças que revolucionários consistentes devem firmar com forças reformistas, em vez de esperar por uma política do pior (por exemplo, o triunfo do populismo que não quer ouvir outra coisa senão a Europa das Nações); mesmo que esta opção não seja uma opção desde 1965 com a decisão *Costa* do Tribunal de Justiça do Luxemburgo (o Supremo Tribunal Europeu), que estabelece a superioridade do direito europeu mesmo sobre a ordem constitucional de cada um dos seus Estados-Membros.

Por fim, o último ponto cego da teoria pós-operaísta: a ausência de consideração da política dos bancos centrais desde 2008 a nível global, o que é paradoxal quando conhecemos as notáveis análises que o operaísmo realizou nos anos 1970 sobre o papel do Banco da Itália no governo de um país ingovernável por causa do conflito operário. No entanto, essa política, que se libertou completamente dos dogmas friedmanianos do

³² Ver, por exemplo, Benjamin Coriat (org.) : *Le retour des communs. La crise de l'idéologie propriétaire*. Paris, Les Liens qui Libèrent, 2015

neoliberalismo, confirmou essa orientação com as políticas de criação monetária massiva durante a suspensão da economia ao longo da pandemia de Covid 19 em 2020.

Isso muda fundamentalmente a situação e abre as portas para um reformismo capitalista que poderia conduzir ao New Deal, compreendendo uma generalização das formas de renda universal. A ciência econômica está mudando e a criação de moeda pelo Estado não é mais vista como um mero apêndice da tributação sobre rendimento familiar³³. Aqui, novamente, em vez de se deixar levar por um quadro catastrófico do capitalismo - que estaria mecanicamente em agonia, seja entre os marxistas "gagos" pela virtude analgésica da crise da mais-valia ou do excesso de liquidez financeira que se converteria em renda parasitária (já não sabemos mais!), seja entre os marxistas "inteligentes" da potência infinita dos movimentos (dos quais somos bem entendidos), na retórica da "insurreição que vem", como diria Julien Coupat, ou, melhor ainda, que já aconteceu, pois o capitalismo é apenas uma resposta a esse estado teórico de coisas -, seria mais sábio e politicamente mais vantajoso preparar-se para uma retomada do reformismo em grande escala e, portanto, agir de forma mais perspicaz. Não caímos na própria armadilha francesa de pensar que a solução dos problemas se confunde com os elementos da linguagem e com uma retórica soberba.

É esse horizonte, tão diferente das perspectivas sombrias dos colapsólogos e do populismo (que pode ser definido como uma reação apática da esquerda à direita a supostos desmoronamentos de nações, povos e identidades), que abrem-se possibilidades para políticas alternativas, isto é, de inflexão e, porventura, para uma bifurcação na gestão da transição ecológica que estará sobre a mesa pelos próximos trinta anos.

Historiadores especialistas em Nações como Pascal Ory apostam que sobre um médio prazo o mundo ainda permanece bastante nacional, e rejeitam sua superação em longo prazo. Ory define a Nação como o circuito e círculo virtuoso da passagem do povo (etnia ou população) ao Povo com p maiúsculo, ou seja, à uma identidade essencialmente mítica (de grande narrativa) e cultural, de costumes e instituições. Esta é a versão "popular" do Povo. Não poderíamos ficar mais impressionados pela semelhança deste p-N-P' com Classe-Multidão-Classe' (ou classe consciente de si).

³³ Nota da tradutora: por não haver uma categoria fiscal semelhante no Brasil, optamos por traduzir "fiscalité des ménages" por tributação sobre rendimento familiar.

Tenhamos cuidado com essas fórmulas mágicas. No circuito Classe-Multidão-Classe completo, há uma variante já amplamente explorada por Ernest Laclau e Chantal Mouffe, aquela da unidade de classe em torno de um significante vazio (a Nação) que substitui as multidões em movimento. O resultado, então, não é a classe, nem o Povo, mas simplesmente a plebe e suas representações. Entretanto, como no antigo Império Romano, o capitalismo em seu estágio imperial é perfeitamente compatível com uma plebe entupida de videogames, redes sociais e pão, o que lhe garante um governo por procuração permanente. Trump reuniu ainda sob seu nome após quatro anos de reinado, digno do pai Ubu³⁴, 74 milhões de eleitores. O eleitorado sutilmente interseccional do democrata Joe Biden teve 81 milhões.

É considerando os circuitos desviados e desviantes que devemos construir alianças, culturas de luta, modos de ativismo e organização. Visto que, como uma vez disseram Lenin e Keynes: nossos netos nos responsabilizarão pelos espaços de liberdade que legamos a eles. Margens de manobra, agência na história, inteligências que certamente nos colocam para pensar. O pensamento significa pesar sobre a ação e tratar, como dizia o amigo Bernard Stiegler, que faleceu neste verão. Em suma, a política como uma preocupação que ainda e sempre vale a pena.

³⁴ Nota da tradutora: o père Ubu, ou padre Ubu, é um personagem de ficção criado pelo escritor Alfred Jarry.